

Pires, Murilo José de Souza

Working Paper

A composição da estrutura produtiva agrícola da agricultura familiar brasileira no ano de 2017: O caminho da comoditização?

Texto para Discussão, No. 3067

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Pires, Murilo José de Souza (2024) : A composição da estrutura produtiva agrícola da agricultura familiar brasileira no ano de 2017: O caminho da comoditização?, Texto para Discussão, No. 3067, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, <https://doi.org/10.38116/td3067-port>

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/311588>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.



<https://creativecommons.org/licenses/by/2.5/br/>

TEXTO PARA DISCUSSÃO

3067

**A COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA
PRODUTIVA AGRÍCOLA DA
AGRICULTURA FAMILIAR
BRASILEIRA NO ANO DE 2017:
O CAMINHO DA COMODITIZAÇÃO?**

MURILO JOSÉ DE SOUZA PIRES



**A COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA
PRODUTIVA AGRÍCOLA DA
AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA
NO ANO DE 2017: O CAMINHO
DA COMODITIZAÇÃO?**

MURILO JOSÉ DE SOUZA PIRES¹

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea).
E-mail: murilo.pires@ipea.gov.br.

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,
das Instituições e da Democracia**

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

ARISTIDES MONTEIRO NETO

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais,
de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

FERNANDA DE NEGRI

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL

Diretor de Estudos Internacionais

FÁBIO VÉRAS SOARES

Chefe de Gabinete

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

**Coordenadora-Geral de Imprensa e
Comunicação Social**

GISELE AMARAL

Ouvidoria: <https://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <https://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2024

Pires, Murilo José de Souza

A Composição da estrutura produtiva agrícola da agricultura familiar brasileira no ano de 2017 : o caminho da comoditização? / Murilo José de Souza Pires. – Brasília, DF: Ipea, 2024.

26 p. : il., gráfs., mapas. – (Texto para Discussão ; n. 3067).

Inclui Bibliografia.

ISSN 1415-4765

1. Agricultura Familiar. 2. Commodities Agrícolas. 3. Segurança Alimentar. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Título.

CDD 338.10981

Ficha catalográfica elaborada por Elizabeth Ferreira da Silva CRB-7/6844.

Como citar:

PIRES, Murilo José de Souza. **A Composição da estrutura produtiva agrícola da agricultura familiar brasileira no ano de 2017: o caminho da comoditização?** Brasília, DF: Ipea, dez. 2024. 26 p. (Texto para Discussão, n. 3067). DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/td3067-port>

JEL: R11.

DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/td3067-port>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos).

Acesse: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	6
2 AGRICULTURA FAMILIAR: UMA BREVE SISTEMATIZAÇÃO DA ABORDAGEM CONCEITUAL E NORMATIVA.....	9
3 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS REGIÕES BRASILEIRAS: O CASO DOS INDICADORES REGIONAIS DE LOCALIZAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO.....	13
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS	23

SINOPSE

O objetivo desta investigação foi analisar as características das estruturas agrícolas da agricultura familiar brasileira, em suas formas multiescalares, bem como seus aspectos de localização e especialização. Assim sendo, observou-se que a estrutura de produção, quer dizer, a composição dos produtos municipais da agricultura familiar no Brasil, tem apresentado semelhanças com a estrutura da produção da agricultura nacional. Evidências de especialização produtiva em produtos relacionados com *commodities* agrícolas apontam que a agricultura familiar também está se voltando para esses produtos. No entanto, nota-se uma redução da produção de culturas relacionadas com o mercado interno, com exceção da mandioca. Essa mudança pode afetar a política de segurança alimentar e nutricional no porvir, bem como impactar negativamente os preços dos alimentos no país.

Palavras-chave: agricultura familiar; *commodities* agrícolas; segurança alimentar.

ABSTRACT

The objective of this investigation was to analyze the characteristics of the agricultural structures of Brazilian family farming, in its multi-scale forms, as well as its aspects of location and specialization. Therefore, it was observed that the production structure of family farming in Brazil has shown similarities with the production structure of national agriculture. Evidence of productive specialization in products related to agricultural commodities indicates that family farming is also turning to these products. However, there is a reduction in the production of crops related to the domestic market, with the exception of cassava. This change could affect food and nutritional security policy in the future, as well as negatively impact food prices in the country.

Keywords: family farming; agricultural commodities; food security.

1 INTRODUÇÃO

As transformações na estrutura agrícola nacional ganharam impulsos com a Revolução Verde, que introduziu inovações físico-químicas, mecânicas e biológicas no meio da agropecuária nacional. Sendo assim, ganhos de produtividade e produção foram verificados no contexto da agricultura nacional. Contudo, essas metamorfoses na estrutura de produção da agropecuária nacional não aconteceram de forma homogênea, no tempo e no espaço, entre os agricultores nacionais.

Desse modo, a difusão do progresso técnico se cristalizou de forma assimétrica entre eles de tal maneira que uns avançaram no processo de integração aos mercados regionais, nacionais e globalizados, e outros permaneceram arraigados em estruturas produtivas tradicionais e de subsistência. Esta foi a forma que o modelo de desenvolvimento rural brasileiro ganhou expressão no país, principalmente por ser conduzido em uma estrutura fundiária marcada pela concentração em médias e grandes propriedades rurais, como destacou Szmrecsányi (1986).¹

Assim, parte da estrutura produtiva da agropecuária nacional e regional avançou pelos trilhos da modernização conservadora,² enquanto outra parte permaneceu enraizada na economia tradicional e na subsistência. Isso reforça a característica central de uma economia periférica, como a brasileira, que é marcada pelo subdesenvolvimento, como destacado por Furtado (1964). A partir dos anos 1990, esses impulsos modernizantes aceleraram-se no contexto da *doutrina do choque*,³ promovida pelo *Consenso de Washington*.

Portanto, os avanços na modernização da agropecuária, que antes de 1990 eram induzidos principalmente pelas forças do Estado, deslocaram-se para o mercado, conforme destacado por Polanyi (2021).⁴ Dessa forma, as forças do mercado, ao amalgamarem a sociedade, condicionaram o desenvolvimento econômico das regiões aos limites estabelecidos pela lógica da acumulação ampliada do capital.

1. Para Szmrecsányi (1986, p. 174), “ainda mais chocante do que extrema concentração da estrutura fundiária do país tem sido a sua permanência, e até sua intensificação, através do tempo. Isto é algo que se deu não apenas no Brasil como um todo, mas também com relação a numerosos Estados”.

2. Para mais detalhes, ver Pires (2008).

3. Para mais detalhes, ver Klein (2008). Para o autor, quando se abre uma janela de oportunidades, em particular depois de algum desastre natural, uma guerra ou um forte problema econômico, o qual desorienta por completo uma sociedade, abre-se uma oportunidade para introduzir nessa economia as ideias do neoliberalismo na forma de uma terapia de choque econômico.

4. Para Polanyi (2021, p. 116), a subjugação do estado pelo mercado foi “de enorme importância para toda a organização da sociedade: significa nada menos que transformar a sociedade em um anexo do mercado”.

Nesse contexto, o capital financeiro estabeleceu suas raízes nos sistemas produtivos e condicionou a forma dos processos de produção, especialmente nos setores relacionados à agropecuária regional e nacional. É nessa lógica de funcionamento que a *agricultura científica globalizada* ganhou expressão e força, condicionando, assim, os modelos de desenvolvimento rural das economias locais. Desse modo, as produções dos diversos mercados regionais estão conectadas aos mercados globalizados, fato este que impulsionou as demandas dos agentes econômicos locais, transformando então suas formas de produção e suas estruturas produtivas.⁵

Nesse sentido, Silva, Santos e Vian (2023)⁶ e Pires (2024)⁷ destacaram que o papel da agricultura familiar no processo de desenvolvimento rural brasileiro nas últimas décadas vem sofrendo alterações, sobretudo pela incorporação dos pacotes tecnológicos; os financiamentos para os produtores rurais; e a integração às cadeias de valor regional, nacional e globalizadas. Assim, esta investigação, seguindo as pistas de Pires (2023b; 2023c; 2024), indaga: como se caracterizaram as estruturas agrícolas da agricultura familiar brasileira, em suas formas multiescalares, quanto aos seus aspectos de localização e especialização?

Para tanto, a hipótese adotada neste estudo destaca que a agricultura familiar, no contexto de *comoditização* do espaço agrícola nacional e regional, como apontado em Pires (2023a; 2023b; 2024), também está experienciando uma especialização produtiva. Os produtos que estão ganhando expressão em seus sistemas produtivos são aqueles relacionados com o processo de *comoditização* agrícola, quer dizer, que estão relacionados com as demandas dos mercados internacionais e, com isso, acabam restringindo a produção agrícola para o mercado interno, comprometendo, por conseguinte, a questão da segurança alimentar e nutricional e pressionando o aumento dos preços internos.

Ademais, esta pesquisa se justifica dada a necessidade apontada por Silva, Santos e Vian (2023) de avaliar em qual grau a produção da agricultura familiar nacional se enveredou pelos caminhos da especialização e inserção em mercados de *commodities* agrícolas. Esse aspecto tem sua importância no sentido de compreender se o estilo de

5. Para o caso da região Centro-Oeste, ver Pires (2023a).

6. Para Silva, Santos e Vian (2023, p. 19), “há um amplo debate acerca das formas de reprodução desse segmento de agricultores, desde a adesão a padrões dominantes de incorporação de tecnologias, especialização e inserção em mercados de *commodities* até a diversidade de atividades e funções exercidas pelo agricultor familiar no meio rural”.

7. Para Pires (2024, p. 45), “por sua vez, a agricultura familiar da região Centro-Oeste, ao se tornar grande produtora de *commodities* agrícolas, soja e milho, desloca parcela importante da sua produção agrícola para atender às demandas provenientes, em especial, do bloco econômico de China, Hong Kong e Macau, uma vez que seu espaço agrícola, com estas *commodities*, é penetrado de forma dispersa e, com isso, alcançando muitos municípios produtores de soja e milho”.

desenvolvimento rural brasileiro está condicionando a agricultura familiar para a produção de culturas voltadas para o mercado externo, o que pode acarretar efeitos negativos no porvir, devido às restrições para a segurança alimentar, pois o destino da produção da agricultura e da agricultura familiar, em específico, não é atender exclusivamente às demandas do mercado externo, mas, sim, à alimentação dos brasileiros, como também reduzir os impactos negativos no nível de preços interno causados pela carestia.

Os números do valor bruto da produção agrícola (VBPA) que edificam a estrutura de produção da agricultura familiar foram obtidos a partir das Declarações de Aptidão da Agricultura Familiar (DAPs) ativas e válidas em julho de 2017, as quais se encontram no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, o qual é regulamentado pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Os produtos que constituem a matriz do VBPA da agricultura familiar são os seguintes: abacaxi, açafrão, açaí, algodão arbóreo, algodão herbáceo, alho, amendoim, arroz, aveia, banana, batata-inglesa, borracha de seringueira, cacau, café, caju, cana-de-açúcar, castanha-de-caju, castanha-do-brasil, cebola, centeio, cevada, cogumelo, feijão, fumo, gergelim, grão-de-bico, inhame e cará, laranja, maçã, mamona, mandioca, milho, palmito e pupunha, pimenta-do-reino, soja, sorgo, tomate, trigo, triticale e uva.

No caso do indicador de especialização produtiva, foi adotado o quociente de locacional (QL), que é definido como a participação de um produto X no total de produção de uma região específica, mas no contexto da participação de todos os produtos em todos os setores agrícolas de uma região de referência, ou seja, o Brasil.

$$QL = \frac{(E_{ij} / \sum_j E_{ij})}{(\sum_i E_{ij} / \sum_i \sum_j E_{ij})}$$

Assim sendo, adotam-se as seguintes variáveis:

- E_{ij} = VBPA no setor i da região j ;
- $E_j = \sum_i E_{ij}$ = VBPA em todos os setores da região j ;
- $E_i = \sum_j E_{ij}$ = VBPA no setor i de todas as regiões; e
- $E = \sum_i \sum_j E_{ij}$ = VBPA em todos os setores de todas as regiões.

Para a elaboração dos mapas de distribuição das culturas principais por municípios brasileiros, foram utilizados os seguintes parâmetros do QL, os quais se encontram definidos em Lima *et al.* (2006, p. 11):

TEXTO para DISCUSSÃO

- $QL \leq 0,49$: significa que há um *padrão de localização fraco*, quer dizer, a região tem importância relativa inferior àquela verificada para a região de referência;
- $0,50 \leq QL \leq 0,99$: significa que existe um *padrão de localização médio*, isto é, a região tem uma importância relativa próxima àquela verificada para a região de referência; e
- $QL \geq 1$: significa que há um *padrão de localização significativo*, ou seja, que a região tem uma importância relativa bem superior àquela verificada para a região de referência.

Além disso, utilizou-se o Índice Herfindahl-Hirschman (IHH) para apurar o grau de dispersão e concentração de um atributo X no cenário do VBPA da agricultura familiar entre os municípios brasileiros.

$$IHH = \sum_{i=1}^n (x_{ik} / x_k)^2$$

Os parâmetros do *IHH* foram estabelecidos por Macedo (2010, p. 125), que destacou os seguintes pontos:

Para medidas de concentração/diversificação dos mercados de destino e da estrutura de exportação, utilizou-se o tradicional Índice Hirschman-Herfindahl (IHH), muito comum para esse tipo de análise. Valores abaixo de 0,0100 indicam desconcentração; > 0,0100 e < 0,1000, baixa concentração; > 0,1000 e < 0,1800, concentração moderada; > 0,1800, alta concentração.

Esta investigação encontra-se dividida em quatro seções, incluindo-se esta introdução. A segunda seção sublinha e sistematiza a abordagem conceitual e normativa sobre a agricultura familiar no Brasil. Na terceira seção, abordam-se as evidências empíricas da agricultura familiar nas regiões brasileiras, mas segundo os indicadores regionais de localização e especialização. Na última seção, destacam-se as observações finais da investigação.

2 AGRICULTURA FAMILIAR: UMA BREVE SISTEMATIZAÇÃO DA ABORDAGEM CONCEITUAL E NORMATIVA

A compreensão dos problemas relacionados à agricultura familiar tem como objetivo aprofundar o conhecimento de fenômenos que estão velados, mas que afetam sua dinâmica econômica. O desvelamento desses fenômenos se cristaliza como expressão de uma subjetividade que é delimitada e condicionalizada por interpretações estabelecidas como concreto pensado. Essas interpretações representam objetos concretos

que se revelam à luz dos mundos fenomênicos em suas várias faces e determinações. Nesse sentido, a investigação dessas singularidades fenomênicas torna-se importante, uma vez que expressam um padrão de comportamento do sujeito em seu entrelaçar com outros elementos do universo econômico e social.

Por esse motivo, faz-se importante destacar o significado estabelecido pelo conceito de agricultura familiar, uma vez que carrega em si as evidências empíricas que darão forma aos caminhos estabelecidos para o desvelamento dessas singularidades que são próprias de tal agricultura. Para tanto, é importante ressaltar que há um contexto, no qual os fios estabelecidos pelas histórias vão, aos poucos, construindo a narrativa, a qual se desdobra, enquanto um processo dinâmico, por forças antagônicas que estão em constantes subsunções, quer dizer, rompendo com elos do passado e caminhando para o futuro, deixando, contudo, os rastros do antanho como marcas presentes na areia.

É nesse jogo de integração de forças que as histórias são edificadas, não com resultante único e hegemônico, mas, sim, com diversas histórias que vão conduzindo o desenvolvimento da agricultura familiar, ora para o moderno, ora para o arcaico e atrasado.⁸ Portanto, a interpretação das representações está definida em um processo histórico e dinâmico, que é condicionado pela forma com que essas forças produtivas se combinam e desdobram em determinadas relações de produção⁹ – quer dizer, na forma e no sentido em que é especificado, no espaço e no tempo, o desenvolvimento econômico em uma economia marcada por uma industrialização tardia ou periférica, como a brasileira.¹⁰

Desse modo, o cenário que envolve e encapsula a questão do desenvolvimento da agricultura familiar, como no caso brasileiro, é condicionado por uma economia que é periférica e dependente dos países centrais. Ou seja, uma economia marcada pela heterogeneidade estrutural e produtiva e, por isso, dual, uma vez que o progresso técnico penetrou de forma assimétrica entre os agentes econômicos e entre as regiões, estabelecendo, por conseguinte, processos de modernização, mas também de atraso e subsistência que acabaram edificando uma economia subdesenvolvida, o que não

8. Como apontou Adichie (2019, p. 26), “a história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história”.

9. Como destacou Furtado (1992, p. 6), os “processos de desenvolvimento não se davam fora da história”.

10. Mais detalhes da assertiva são encontrados em Tavares (1974), Silva (1976), Aureliano (1981), Draibe (1985), Mello (1992), Cano (2007).

é um pré-requisito para que esta se torne desenvolvida. Em outras palavras, o subdesenvolvimento não é uma etapa para uma economia desenvolvida.¹¹

Assim, os desdobramentos das forças que fundamentam a agricultura familiar têm suas raízes e origens em uma economia subdesenvolvida. Nessa economia, o moderno e o atrasado coexistem no mesmo espaço e tempo. Por isso, não é possível traçar uma única trajetória histórica; em vez disso, várias histórias se desenvolvem. Umhas apontadas para o moderno, outras para o arcaico, e há também combinações entre o arcaico e o moderno. No entanto, ainda persiste o paradoxo entre o moderno e a barbárie como opções de caminhos disjuntivos a serem seguidos.¹²

Por esse motivo, a agricultura familiar deve ser compreendida em seu processo histórico de transformação, no qual as forças do moderno e do atrasado se entrelaçam em um movimento de subsunção, o qual avança com o moderno, mas sem desaparecer integralmente com o atrasado. Ainda que tenha suas raízes na agricultura camponesa, a agricultura familiar foi se metamorfoseando pelos impulsos do progresso técnico e se integrando aos mercados capitalistas.

Wanderley (1999, p. 52) destaca que o agricultor familiar “guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças”.

Desse modo, a agricultura familiar,¹³ enquanto subconjunto da agricultura camponesa, apresenta singularidades, as quais são reforçadas pela dualidade de uma economia subdesenvolvida como a brasileira. De um lado, há agricultores familiares que avançaram em graus diferenciados na modernização de suas estruturas produtivas; de outro lado, há agricultores que se mantêm enraizados em atividades agrícolas de subsistência e tradicionais, quer dizer, com baixíssima incorporação de progresso técnico em suas estruturas produtivas.

11. Para Furtado (1964, p. 184), “o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas”. Além disso, Furtado (1964, p. 173) destacou que o subdesenvolvimento “é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento”.

12. Como apontou Furtado (2013, p. 275, grifo nosso), “o subdesenvolvimento, como o deus Jano, tanto olha para a frente como para trás, não tem orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social”.

13. Para Fernandes (2014, p. 20), “em quase toda a América Latina, os governos substituíram o conceito de campesinato pelo de agricultura familiar nas suas políticas de desenvolvimento rural”.

Nesse contexto, Castro (2023, p. 11) apontou a seguinte questão:

Como elo simplificado entre os dois conceitos (agricultura familiar *versus* camponesa), afirmamos, com certo grau de ousadia, que o conceito de agricultura familiar mais difundido atualmente abrange o conceito de agricultura campesina, mas este não abrange aquele. Em outras palavras, a agricultura camponesa é familiar, mas a agricultura familiar não é necessariamente camponesa.

Sendo assim, Schneider e Escher (2014, p. 40, tradução nossa) destacaram:

O que identifica os camponeses com os agricultores familiares é que o trabalho, produção e família formam um todo que atua de forma unificada e sistêmica, cultivando organismos vivos e realizando processos biológicos através dos quais eles criam condições materiais para garantir sua reprodução como grupo social. Isso significa que a organização social e econômica, o processo de trabalho e produção, as relações com os mercados e formas de transmissão patrimonial e o acesso à terra através de herança é fortemente influenciado por relações de consanguinidade e parentesco e tributárias tanto da maneira como as famílias administram seus recursos e os valores culturais e simbólicos que definem sua identidade.¹⁴

Por sua vez, para se compreender a agricultura familiar, enquanto objeto de política pública, demandou-se a elaboração de um conceito universal que tivesse por objetivo a construção de instrumentos e indicadores objetivos e empíricos para a sua avaliação.¹⁵ Para tanto, várias discussões foram realizadas entre os pesquisadores e agentes públicos, as quais foram retratadas de forma minuciosa em Castro (2023). A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, definiu a agricultura familiar como universo estabelecido pelos seguintes parâmetros:

14. "Lo que identifica a campesinos con agricultores familiares es que el trabajo, la producción y la familia forman un conjunto que actúa de forma unificada y sistémica, cultivando organismos vivos y llevando a cabo procesos biológicos a través de los cuales crean condiciones materiales para garantizar su reproducción como grupo social. Eso significa que la organización social y económica, el proceso de trabajo y producción, las relaciones con los mercados y las formas de transmisión patrimonial y acceso a la tierra mediante la herencia están fuertemente influenciadas por relaciones de consanguinidad y parentesco y tributarias tanto de la manera como las familias administran sus recursos como de los valores culturales y simbólicos que definen su identidad" (Schneider e Escher, 2014, p. 40).

15. Como destacaram Schneider, Cazella e Mattei (2021, p. 15), "os estudos realizados conjuntamente pela FAO/Inra [Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] definem com maior precisão conceitual a agricultura familiar e, mais ainda, estabelecem um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos diferentes tipos de agricultores familiares".

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);

IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

Assim sendo, a agricultura familiar é uma atividade do meio rural que tem na família sua principal fonte de mão de obra. Além disso, ela não pode exceder a área de quatro módulos fiscais – os quais dependem de cada espaço específico regional – e tem parte significativa do seu processo de geração de renda em atividades econômicas relacionadas com o estabelecimento ou empreendimento familiar.

3 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NAS REGIÕES BRASILEIRAS: O CASO DOS INDICADORES REGIONAIS DE LOCALIZAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO

O somatório do VBPA proveniente da agricultura familiar, com base nas DAPs ativas e válidas em julho de 2017, para todos os municípios brasileiros, atingiu o valor de R\$ 43,24 bilhões. Por sua vez, as cinco principais culturas da agricultura familiar foram responsáveis por quase 72% do total do VBPA desse setor agrícola.

TABELA 1**Principais culturas da agricultura familiar segundo as DAPs (2017)**

Ordem	Produto	Participação (%)	Acumulado (%)
1	Soja	23,8	23,8
2	Milho	16,8	40,6
3	Café	16,6	57,2
4	Fumo	7,5	64,6
5	Mandioca	7,2	71,8

Fontes: DAPs de 2017.

Elaboração do autor.

Como é destacado na tabela 1, a principal cultura produzida pela agricultura familiar, no ano de 2017, em termos nacionais, foi a soja, que respondeu por quase 24% do VBPA da agricultura familiar. Entre as regiões nacionais, os dados da DAP destacaram que a região Sul concentrou, em 2017, quase 89% do VBPA dessa oleaginosa. Em seguida, vieram as regiões Centro-Oeste, com pouco mais de 8%; Sudeste, com 2,5%; Norte, com 0,5%; e, por fim, a região Nordeste, com 0,1%.

Já no caso da cultura do milho, constata-se que esta concentrou quase 17% do VBPA da agricultura familiar, sendo que a região Sul aglutinou quase 59% da participação do VBPA da agricultura familiar dessa cultura. Em seguida, veio a região Nordeste, com pouco mais de 25%, seguida pelo Sudeste, com 9,5%; o Centro-Oeste, com 4,4%; e, por fim, o Norte, com 2,0%.

O café, por sua vez, também apresentou uma concentração significativa, tendo em vista que aglutinou 16,6% do VBPA da agricultura familiar nacional. Em termos regionais, a região Sudeste respondeu por pouco mais de 92% da produção dessa cultura, ao passo que o Sul ficou com 2,8%; o Norte com 2,6%; o Nordeste com 2,1%; e, por fim, o Centro-Oeste com 0,2%.

Em relação ao fumo (tabaco), observa-se que, em 2017, 7,5% do VBPA desse produto foi produzido pela agricultura familiar nacional. Desse total, 98,5% da produção foi realizada na região Sul, 1,3% no Nordeste e 0,2% no Sudeste. Assim, há uma expressiva produção dessa cultura no Sul do país.

Por fim, 7,2% do VBPA da agricultura familiar nacional foi direcionado para a produção de mandioca. Desse total, quase 49% foram produzidas na região Nordeste brasileira, ao passo que 23,5% foram produzidas na região Norte, 11,7% na região Sul, 11,2% na região Sudeste e, por fim, 5,0% na região Centro-Oeste.

TEXTO para DISCUSSÃO

Isso posto, observa-se um padrão de produção de *commodities* agrícolas na agricultura familiar nacional que projeta as culturas da soja, do milho e do fumo (tabaco) como expressões da região Sul, bem como o café na região Sudeste como expressão da produção da *agricultura científica globalizada*. Essa representação evidencia a forma de objetivação do processo de modernização da agricultura nacional,¹⁶ a qual prioriza, cada vez mais, culturas relacionadas com as *commodities* agrícolas. Contudo, a mandioca, como manifestação de uma cultura de mercado interno, apresenta maior expressividade na região Nordeste brasileira.

Nesse sentido, 64,6% do VBPA da agricultura familiar nacional, no ano de 2017, voltou-se para a produção de *commodities* agrícolas que exibiram fortes vínculos com as cadeias produtivas regionais, nacionais e internacionais.¹⁷ Isso significa que esses produtos são diretamente exportáveis ou abastecem os principais elos das cadeias produtivas regionais e nacionais.

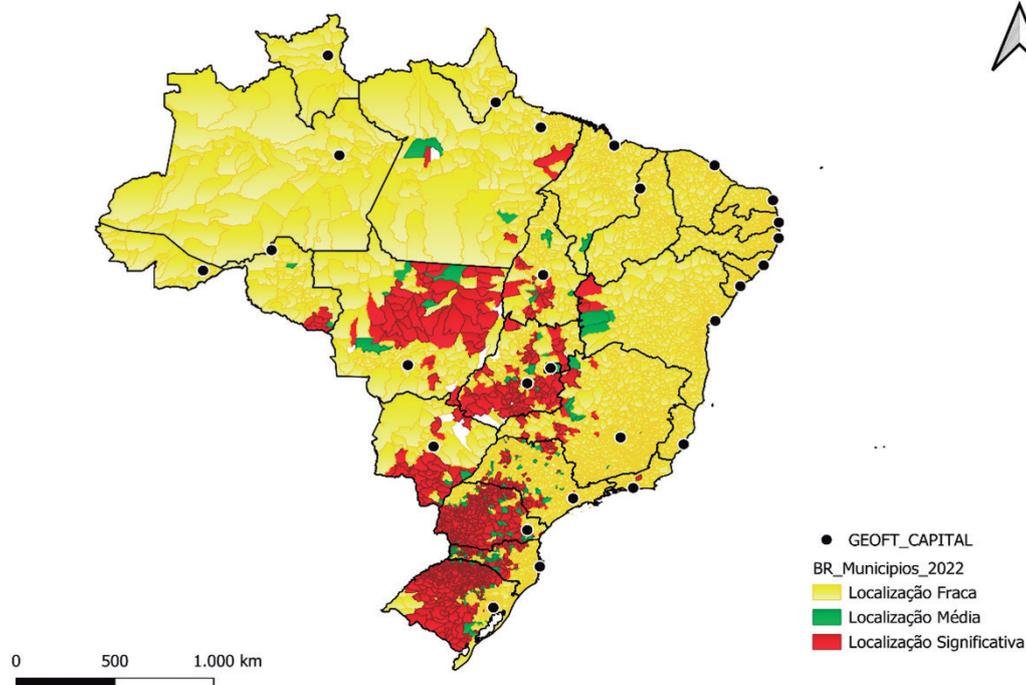
Posto isso, essas culturas de exportação apresentam uma dependência das inovações tecnológicas provenientes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), das *startups* de tecnologia para o agronegócio e das grandes empresas de inovação tecnológica internacionais. Além disso, há uma dependência também do capital financeiro nacional e internacional. Tudo isso condiciona a forma e o modo de produzir da agricultura nacional.

Desse modo, a forma assimétrica como o progresso técnico se distribui entre os agricultores familiares acaba regulando a natureza do padrão de desenvolvimento econômico, o qual reforça as heterogeneidades estruturais, produtivas e regionais, uma vez que moderniza uma parte dos agricultores familiares, porém outra parte se mantém presa aos grilhões de uma economia de subsistência e tradicional.¹⁸

16. Para Frederico (2013, p. 14), o modelo da *agricultura científica globalizada* deve ser compreendido como “novos sistemas técnicos informacionais, a *agricultura científica globalizada* também se caracteriza por uma forma de regulação política. Na fronteira agrícola moderna, o poder das grandes empresas (*tradings*, agroindústrias, sementes, fertilizantes e agrotóxicos) se expressa através da regulação das inovações tecnológicas, do financiamento de custeio, do fortalecimento de insumos, do comércio e da logística de circulação dos grãos”.

17. Como destacou Delgado (2012, p. 132), “o comércio exterior de bens primários é o vetor principal de demanda efetiva, para o qual se deslocam os principais complexos agroindustriais no rumo de uma nova inserção brasileira no comércio internacional”.

18. Para Souza Filho, Buanain e Guanzirolí (2004, p. 2), “o universo da agricultura familiar no Brasil é extremamente heterogêneo e inclui, desde famílias muito pobres, que detém, em caráter precário, um pedaço de terra que dificilmente pode servir de base para uma unidade de produção sustentável até famílias com grande dotação de recursos – terra, capacitação, organização, conhecimento etc.”.

MAPA 1**Quociente locacional da cultura da soja – Brasil (2017)**

Fontes: DAPs de 2017.

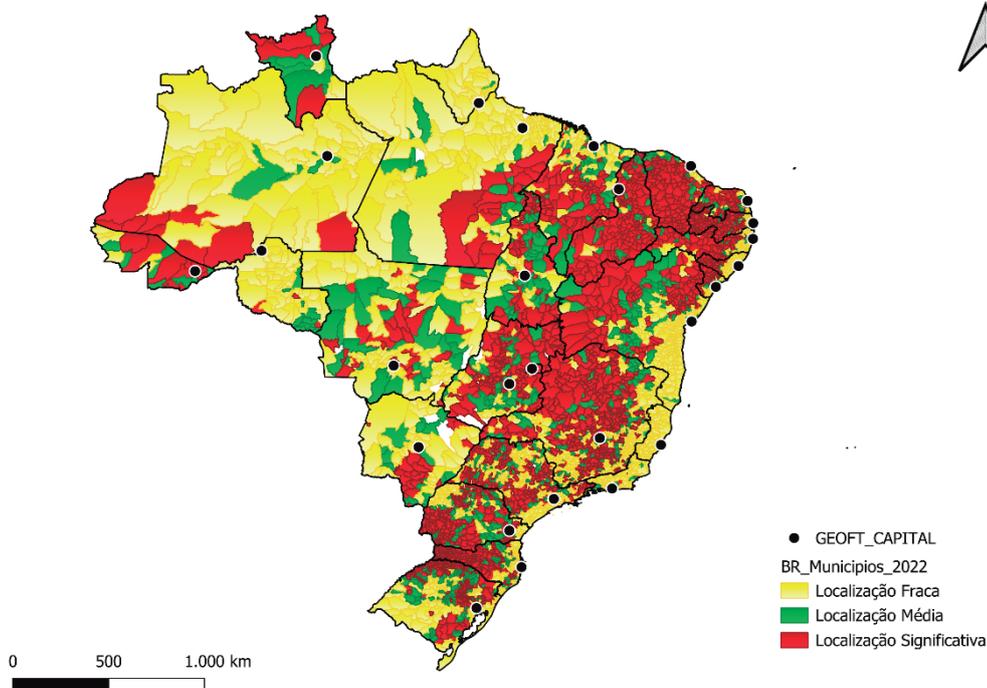
Elaboração do autor.

Obs.: A figura não pôde ser padronizada e revisada em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Como é apontado no mapa 1, a distribuição espacial da cultura da soja entre os agricultores familiares em 2017 apresenta uma mancha descontínua. Essa mancha expressa a localização significativa dessa oleaginosa no eixo de expansão que se estende do Sul do Brasil até a região Centro-Oeste. Além disso, existem alguns pontos localizados no sul do estado de Rondônia, no oeste da Bahia, na parte sul do Tocantins, no Triângulo Mineiro e na região centro-sul do estado de São Paulo.

Em outras palavras, essa produção ocorre dentro dos limites da fronteira da modernização da estrutura agrícola nacional. Essa modernização teve suas origens no final dos anos 1960, na região Sul, e se expandiu nos anos 1970, com os programas regionais de desenvolvimento do Cerrado,¹⁹ impulsionados pela Revolução Verde. Depois dos anos 1990, a *agricultura científica globalizada* estimulou ainda mais o processo de modernização das estruturas produtivas agrícolas regionais e incentivou a *comoditização* de sua produção agrícola.

19. Para mais detalhes, ver Mueller (1990), Shiki (1997), Estevam (1998) e Pires (2008).

MAPA 2**Quociente locacional da cultura do milho – Brasil (2017)**

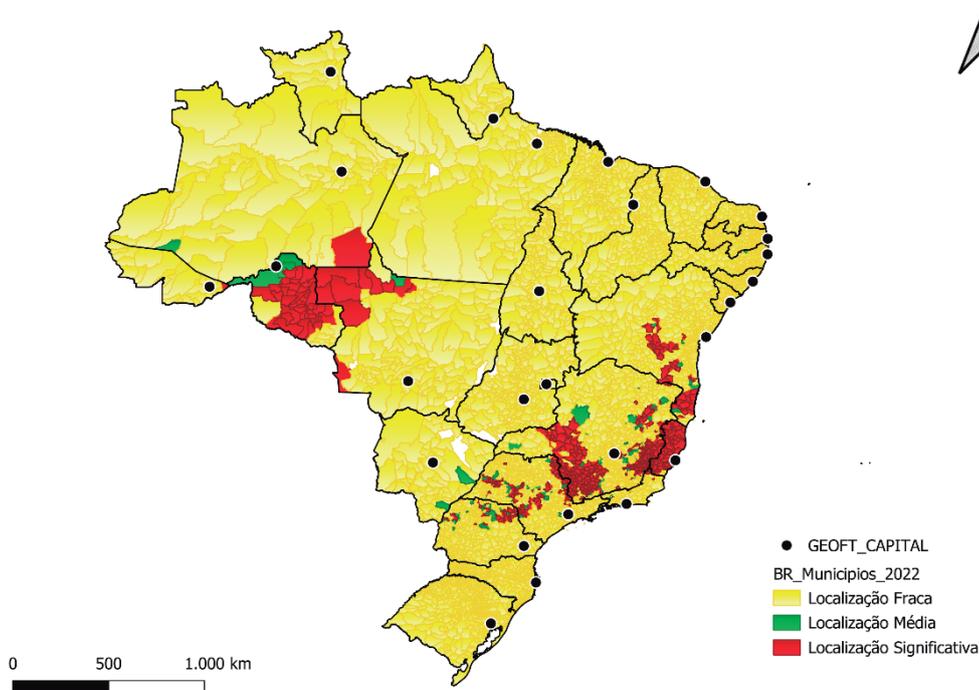
Fontes: DAPs de 2017.

Elaboração do autor.

Obs.: A figura não pôde ser padronizada e revisada em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

No caso do milho, constata-se uma maior dispersão da produção dessa cultura entre os municípios que constituem as regiões nacionais, quando comparado com a cultura da soja (mapa 2). O eixo de expansão do milho, que apresenta uma localização significativa, concentra-se predominantemente no eixo que se estende do Sul do Brasil até parte do Norte e grande parte do Nordeste brasileiro. Esse eixo abrange especialmente a Caatinga, que está localizada em uma região do semiárido, a qual se destaca por altas temperaturas e escassez de água.

Contudo, é importante salientar que existem outras áreas significativas de produção de milho no eixo noroeste do Brasil, as quais se concentram, em particular, em algumas localidades centrais do estado de Mato Grosso, no estado do Acre, no sudoeste e sudeste do Amazonas, bem como na região sul e norte do estado de Roraima.

MAPA 3**Quociente locacional da cultura do café – Brasil (2017)**

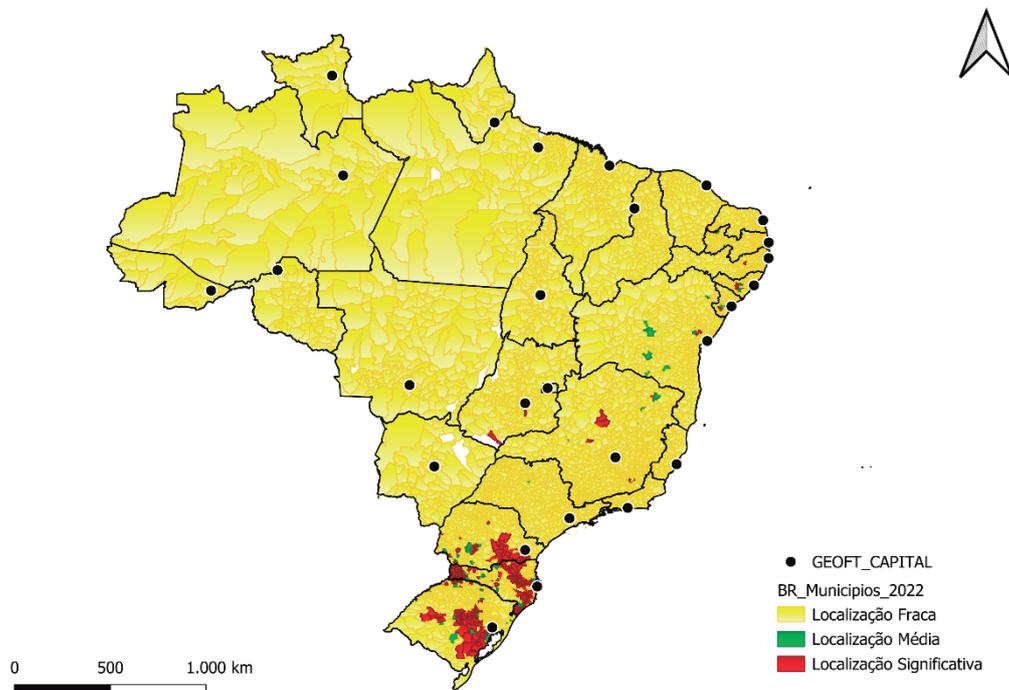
Fontes: DAPs de 2017.

Elaboração do autor.

Obs.: A figura não pôde ser padronizada e revisada em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Em relação à cultura do café, sua distribuição espacial (mapa 3) apresentou maior grau de concentração *vis-à-vis* as culturas de soja e milho. Nesse sentido, constata-se a formação de duas grandes manchas de localização significativa da cultura no espaço regional. A primeira delas encontra-se nos eixos sul e leste brasileiros, especialmente no vetor descontínuo que engloba partes intermitentes dos estados de Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia.

Em polo oposto, observa-se outra mancha nos eixos oeste e norte brasileiros, particularmente nos limites territoriais dos estados de Mato Grosso, Rondônia e Amazonas. Esses espaços regionais encontram-se na região de expansão da fronteira agrícola brasileira, a qual se insere em um modelo de desenvolvimento econômico que demanda uso intensivo de inovações tecnológicas para a produção de *commodities* agrícolas, ou seja, que cristaliza o espraiamento do vetor da modernização agrícola nacional.

MAPA 4**Quociente locacional da cultura do fumo (tabaco) – Brasil (2017)**

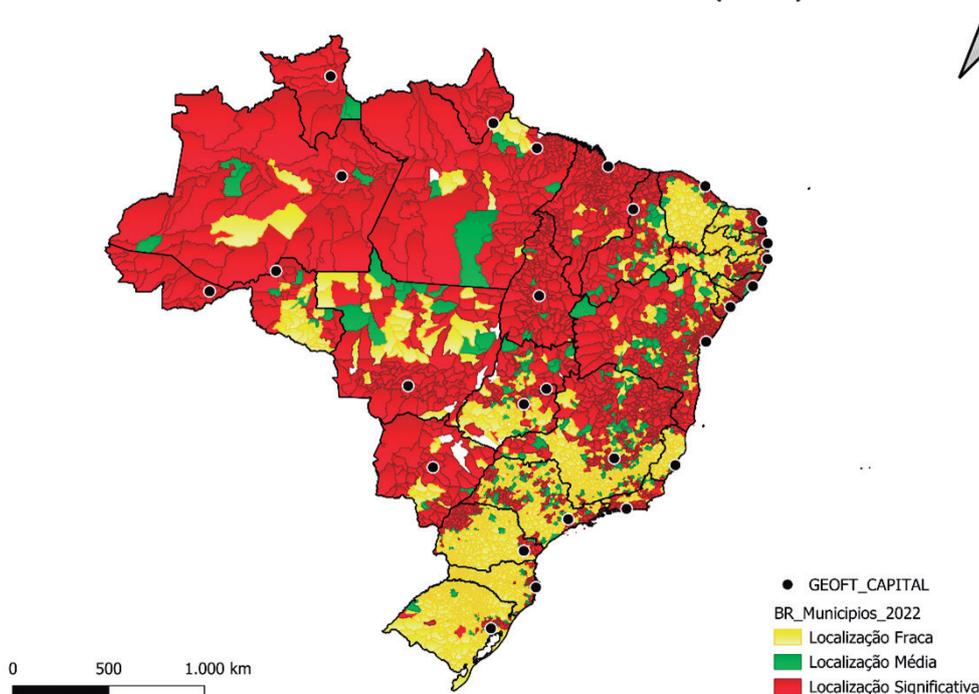
Fontes: DAPs de 2017.

Elaboração do autor.

Obs.: A figura não pôde ser padronizada e revisada em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Como indicado no mapa 4, a cultura do fumo (tabaco) apresentou, no ano de 2017, uma localização significativa na região Sul brasileira, mas também com pontos significativos no sudeste goiano, na região mais central do estado de Minas Gerais e em algumas localidades do Nordeste brasileiro. Por sua vez, a cultura do tabaco apontou maior concentração municipal *vis-à-vis* as demais culturas principais da agricultura familiar nacional.

Um fato que merece destaque refere-se à importância do estado do Rio Grande do Sul no processo de produção do fumo, em particular no contexto da agricultura familiar. Esse estado foi responsável por quase 50% da produção de fumo relacionado à agricultura familiar na região Sul. Em seguida, vêm os estados de Santa Catarina, com quase 29%, e Paraná, com pouco mais de 20%.

MAPA 5**Quociente locacional da cultura da mandioca – Brasil (2017)**

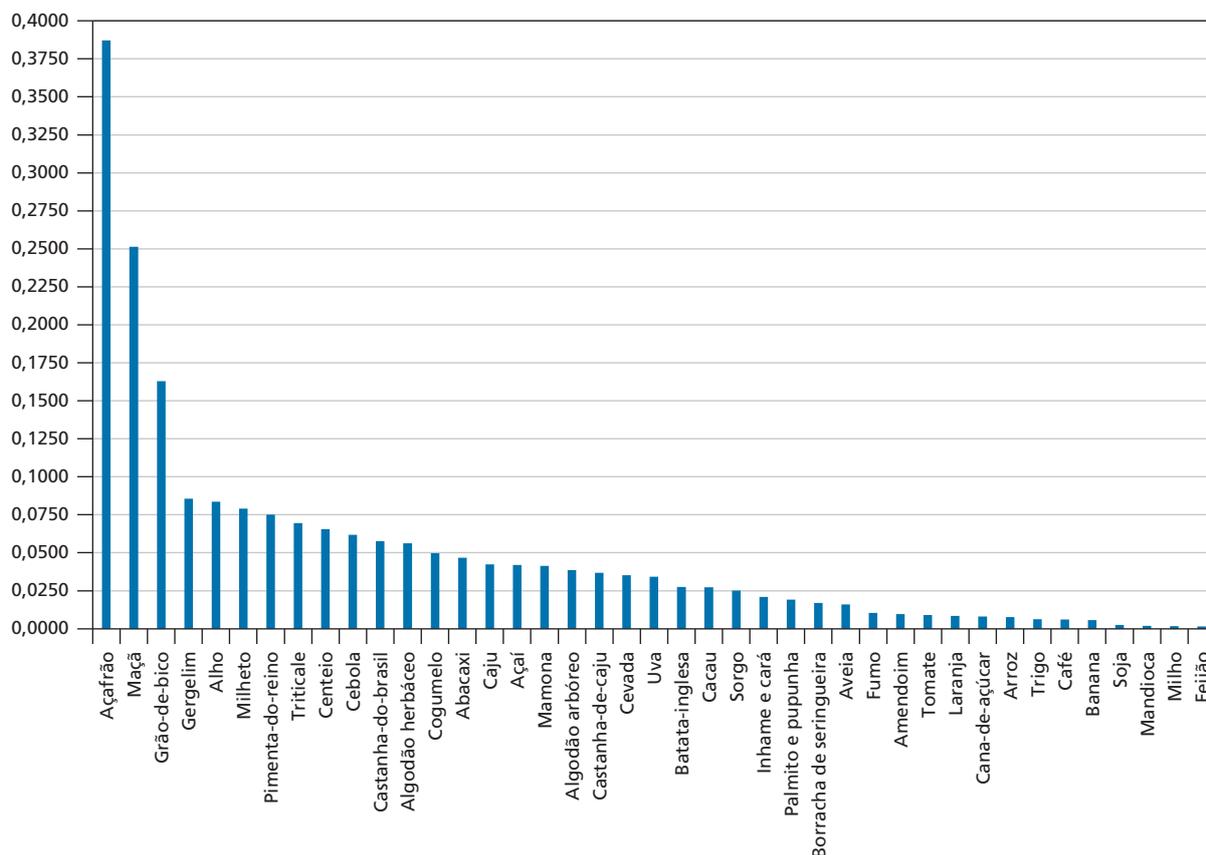
Fontes: DAPs de 2017.

Elaboração do autor.

Obs.: A figura não pôde ser padronizada e revisada em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

No caso da cultura da mandioca, observa-se, no mapa 5, que sua distribuição espacial se encontra com maior grau de dispersão municipal em termos de localização significativa *vis-à-vis* a cultura de milho e soja no contexto das culturas mais importantes da agricultura familiar nacional em 2017. Quer dizer, a produção de mandioca, entre os municípios brasileiros, está mais espalhada, apontando, assim, que é uma cultura com forte penetração espacial entre os agricultores familiares brasileiros.

Desse modo, a localização significativa da produção de mandioca em 2017 encontra-se espalhada de forma efetiva pelo território nacional, mas apresenta *uma fraca expressão* nos estados que constituem a região Sul, como também em São Paulo, no arco que penetra o eixo sudoeste e sudeste do estado de Minas Gerais e Goiás, no Espírito Santo e na Caatinga nordestina. Além disso, há algumas manchas em Mato Grosso e Rondônia, no Amazonas e Pará.

GRÁFICO 1**IHH para as culturas agrícolas da agricultura familiar brasileira (2017)**

Fonte: DAPs de 2017.

Elaboração do autor.

Como destacado no gráfico 1, o IHH evidencia a forma como se concentram e dispersam as culturas da agricultura familiar nos municípios brasileiros no ano de 2017. Segundo a classificação encontrada em Macedo (2010), as culturas que apresentaram maior desconcentração espacial foram: amendoim, tomate, laranja, cana-de-açúcar, arroz, trigo, café, banana, soja, mandioca, milho e feijão.

Em contrapartida, as culturas que apresentaram baixa concentração foram: gergelim, alho, milheto, pimenta-do-reino, triticale, centeio, cebola, castanha-do-brasil, algodão herbáceo, cogumelo, abacaxi, caju, açaí, mamona, algodão arbóreo, castanha-de-caju, cevada, uva, batata-inglesa, cacau, sorgo, inhame e cará, palmito e pupunha, borracha de seringueira, aveia e fumo. Em relação às culturas que apresentaram concentração moderada no espaço territorial da agricultura familiar nacional, destaca-se o grão-de-bico. Por fim, as culturas de açafrão e maçã apresentaram uma alta concentração espacial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações na estrutura da agropecuária nacional têm se acelerado depois dos anos 1990, devido à integração das regiões brasileiras aos mercados globalizados. Nesse contexto, as inovações tecnológicas proporcionadas pela *agricultura científica globalizada*, bem como as condicionalidades estabelecidas pelo capital financeiro para financiar as atividades agropecuárias dos produtores rurais, têm subordinado as decisões desses produtores rurais. Eles passaram a investir em culturas que apresentam inserção no mercado internacional, como é o caso da soja, do milho, do café, entre outras *commodities* agrícolas.

A agricultura familiar encontra-se encapsulada nesse estilo de desenvolvimento da agropecuária nacional. Por esse motivo, o questionamento dessa investigação foi: como se caracterizaram as estruturas agrícolas da agricultura familiar brasileira, em suas formas multiescalares, quanto aos seus aspectos de localização e especialização? Desse modo, observa-se que o padrão da estrutura da produção, ou seja, a composição dos produtos municipais da agricultura familiar nacional, no ano de 2017, apresentou uma semelhança com o padrão da agricultura nacional, ou seja, uma especialização regressiva em culturas voltadas para exportação, isto é, *commodities* agrícolas.

No caso das quatro principais culturas produzidas pela agricultura familiar em 2017 – soja, milho, café e fumo (tabaco) –, que são *commodities* agrícolas, elas responderam por quase 65% do VBPA da agricultura familiar. Se adicionada a mandioca, que é uma cultura típica de mercado interno, esse valor aproxima-se de 72% do VBPA da agricultura familiar. Em outras palavras, dos 41 produtos produzidos pela agricultura familiar em 2017, os quatro produtos principais, que são *commodities* agrícolas, concentraram uma parcela expressiva da produção da agricultura familiar nacional.

Quiçá, o comportamento dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional esteja influenciando os agricultores familiares brasileiros em suas decisões de produção, em especial em um momento de forte crescimento da demanda internacional, particularmente impulsionada pela China, que precisa atender ao seu mercado interno com proteínas vegetais e aos elos de suas cadeias produtivas agroindustriais.

Em termos de distribuição dessas culturas pelo espaço da agricultura familiar nacional, observa-se que a cultura da soja apresentou uma dispersão significativa no eixo de expansão da modernização da agricultura nacional. Esse eixo atravessa a região Sul do Brasil e se estende por áreas da região Centro-Oeste e Norte. No caso da cultura do milho, constata-se maior grau de dispersão quando comparada com a cultura da soja.

TEXTO para DISCUSSÃO

Em relação à cultura do café, nota-se que a área de produção significativa foi mais concentrada em relação às culturas da soja e do milho. No entanto, é importante ressaltar que a cultura do fumo (tabaco) foi aquela que apresentou a área de produção significativa mais concentrada *vis-à-vis* as demais culturas, especialmente na região Sul brasileira. Por fim, a cultura da mandioca, que é tipicamente destinada para abastecer o mercado interno, apresentou uma produção significativa com maior dispersão entre os municípios nacionais, quando comparada com a cultura da soja e do milho.

À vista disso, observa-se que a composição da produção da agricultura familiar brasileira vem apresentando semelhanças com aquela verificada para a agricultura nacional. Uma vez que há sinais claros de especialização produtiva em produtos relacionados com *commodities* agrícolas, torna-se, então, evidente que a agricultura familiar também está se voltando para esses produtos. Nesse sentido, há uma redução da produção de culturas relacionadas com o mercado interno, exclusiva a mandioca. Essa mudança pode afetar a política de segurança alimentar e nutricional brasileira no porvir, bem como impactar negativamente os preços dos alimentos no país.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AURELIANO, L. M. **No limiar da industrialização**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 jul. 2006.
- CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5. ed. Campinas: IE/Unicamp, 2007.
- CASTRO, C. N. de. **Conceitos e legislação sobre a agricultura familiar na América Latina e no Caribe**. Brasília: Ipea, ago. 2023. (Texto para Discussão, n. 2905). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12284/1/TD_2905_Web.pdf.
- DELGADO, G. C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.
- DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil – 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ESTEVAM, L. A. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: Ed. UFG, 1998.

FERNANDES, B. M. Cuando la agricultura familiar es campesina. *In*: HIDALGO, F.; HOUTART, F.; LIZÁRRAGA, P. (Ed.). **Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos**. Quito: Iaen, 2014. p. 19-34.

FREDERICO, S. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. **Revista Confins**, n. 17, p. 1-17, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/8153>.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisado. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 5-19, ago. 1992.

FURTADO, C. **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KLEIN, N. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LIMA, J. F. de et al. Análise regional das mesorregiões do estado do Paraná no final do século XX. **Análise Econômica**, v. 24, n. 46, p. 7-25, set. 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10845>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MACEDO, F. C. **Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008)**. 2010. 286 f. Tese (Livre-docência) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

MUELLER, C. C. Políticas governamentais e a expansão recente da agropecuária no centro-oeste. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 3, p. 45-74, jan.-jun. 1990.

PIRES, M. J. de S. **As implicações do processo de modernização conservadora na estrutura e nas atividades agropecuárias da região centro-sul de Goiás**. 2008. 146 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PIRES, M. J. de S. **Alcances, limites e contradições nos termos de troca entre as economias do centro-oeste brasileiro e seus parceiros comerciais: o caso do bloco econômico de China, Hong Kong e Macau**. Brasília: Ipea, set. 2023a. (Texto para Discussão, n. 2913). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12354/1/TD_2913_Web.pdf.

PIRES, M. J. de S. **Características das estruturas produtivas agrícolas regionais brasileiras entre 1995 e 2021**. Rio de Janeiro: Ipea, set. 2023b. (Texto para Discussão, n. 2914). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12355/1/TD_2914_web.pdf.

PIRES, M. J. de S. **Singularidades das estruturas agrícola da região Centro-Oeste entre os anos de 1995 e 2021: um olhar por intermédio dos indicadores regionais de localização e especialização**. Brasília: Ipea, dez. 2023c. (Texto para Discussão, n. 2949).

PIRES, M. J. de S. **Características das estruturas produtivas agrícolas regional brasileiras entre os anos de 1995 e 2021**. Brasília: Ipea, 2024. No prelo.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 12-41, jan.-abr. 2021. Disponível em: <http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5656>.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. El concepto de agricultura familiar en América Latina. *In*: CRAVIOTTI, C. (Ed.). **Agriculturas familiares de Latinoamérica: continuidades, transformaciones y controversias**. Buenos Aires: Ciccus, 2014. p. 25-56.

SHIKI, S. Sistema agroalimentar nos cerrados brasileiros: caminhando para o caos? *In*: SHIKI, S.; SILVA, J. G. da; ORTEGA, A. C. (Org.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do Cerrado brasileiro**. Uberlândia: Ed. UFU, 1997. p. 135-165.

SILVA, R. P. da; SANTOS, G. R. dos; VIAN, C. E. de F. Agricultura familiar: perda de mercados e sinais de mudanças na pauta produtiva. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**, Brasília, n. 73, p. 19-24, ago. 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12343/7/Radar_73_Art3_Agricultura_familiar.pdf.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil**. São Paulo: Alpha Ômega, 1976.

SOUZA FILHO, H. M.; BUANAIN, A. M.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos. *In*: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá, Mato Grosso. **Anais...** Cuiabá: Sober, 2004.

SZMRECSÁNYI, T. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). *In*: FAUSTO, B. (Org.). **O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986. v. 4.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 1974. Tese (Livre-docência) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1974.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidade e perspectivas. Passo Fundo: Ed. UPF, 1999. p. 23-56.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Ana Clara Escórcio Xavier

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques Honorio

Barbara de Castro

Cláudio Passos de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Denise Pimenta de Oliveira

Fernanda Gomes Teixeira de Souza

Nayane Santos Rodrigues

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Susana Souza Brito

Yally Schayany Tavares Teixeira

Jennyfer Alves de Carvalho (estagiária)

Katarinne Fabrizzi Maciel do Couto (estagiária)

Editoração

Anderson Silva Reis

Augusto Lopes dos Santos Borges

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniel Alves Tavares

Danielle de Oliveira Ayres

Leonardo Hideki Higa

Capa

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Projeto Gráfico

Aline Cristine Torres da Silva Martins

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Ipea – Brasília

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.